



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295960-2

COMARCA: 2ª VARA DE TIMBAÚBA

APELANTE: LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA

APELADO: MARIA DO SOCORRO BARBOSA MARQUES

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - PRELIMINAR REJEITADA À UNANIMIDADE - MÉRITO - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - COMPRA DE PRODUTO COM DEFEITO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - SOLIDARIEDADE DOS FORNECEDORES - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - APELOS DESPROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295960-2, em que figuram como parte Apelante LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA e como parte Apelada MARIA DO SOCORRO BARBOSA MARQUES, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade, rejeitou-se a preliminar de necessidade das partes comparecerem à audiência de conciliação. Mérito: por unanimidade, negou-se provimento às apelações, nos termos do voto do Relator"*. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

86

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295960-2

APELANTE: LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA

ADV: ALESSANDRA FRANCISCO PE001241A

APELADO: MARIA DO SOCORRO BARBOSA MARQUES

ADV: OSÍRIS DE AGUIAR AUGUSTO DA SILVA PE032475

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuidá-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 23/29, na forma do art. 269, inc. I, do CPC, julgou procedente em parte o pedido, para condenar a(a) demandada(s) a devolver a quantia paga pelo MONITOR (R\$ 303,41), devidamente corrigida monetariamente (TABELA DA ENCOGE) e a pagar indenização danos morais à parte autora, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescidos de juros de 1%, desde a citação, e de correção monetária pela TABELA DA ENCOGE, a contar da data desta decisão. Condenou o(s) demandado(s) no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este na base de 20% sobre o quantum da indenização.

Objeto I: Apelação da **LG ELETRONICS DE SÃO PAULO LTDA** com pedido de reforma total da sentença hostilizada e, de forma alternativa, pugna pela redução do quantum indenizatório (fls. 31/46).

Razões: Preliminarmente ao mérito, requer a anulação da sentença para que seja apresentada a defesa, alegando que a revelia é a contumácia do réu e não a ausência do seu advogado. No mérito, alega ter providenciado a substituição do produto objeto da lide, não existindo razão, portanto, ao seu sentir, para a manutenção da condenação da ré/apelante a título de danos morais. No caso de manutenção da condenação, busca a redução do quantum indenizatório para que se evite o enriquecimento sem causa.

Objeto II: Apelo da **LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA** com pedido de reforma total da sentença e, de forma alternativa, pugna pela redução do quantum indenizatório (fls. 62/69).

Razões: Argumenta inexistir qualquer dano a ser reparado, seja ele patrimonial ou extrapatrimonial, não sendo correto aplicar ao presente caso a teoria da culpa objetiva. Alega que no presente caso o nexos causal foi rompido, em virtude da culpa exclusiva de terceiros. Afirma que o termo inicial da correção monetária é o da fixação de valor definitivo para a condenação. Alternativamente, requer a redução do importe indenizatório e que sejam reduzidos os honorários advocatícios.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 74/78, pugnando pela manutenção da decisão *a quo*.

É o que importa relatar.

Sem revisão - Rito Sumário.

Recife, 01^o de fevereiro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295960-2

APELANTE: LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA

ADV: ALESSANDRA FRANCISCO PE001241A

APELADO: MARIA DO SOCORRO BARBOSA MARQUES

ADV: OSÍRIS DE AGUIAR AUGUSTO DA SILVA PE032475

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

PRELIMINAR:

Com efeito, em se tratando de ação processada sob o rito sumário, o art. 277 do Código de Processo Civil dispõe sobre a necessidade de as partes comparecerem à audiência de conciliação.

Assim, não basta que o réu se apresente à audiência, mas, também que, não tendo sucesso a conciliação, ofereça defesa técnica (art. 278 do mesmo codex), o que somente pode ser feita por profissional habilitado. Motivo pelo qual rejeito a presente preliminar.

MÉRITO:

Trata-se de ação em que a parte autora após adquirir um monitor 15,6" LG LCD W1643C-PF na data de 15/07/11, pela quantia de R\$ 303,41 (trezentos e três reais e quarenta e um centavos) sofreu com o problema de funcionamento do bem.

Observo que a autora/apelada tentou solucionar de forma amigável a desagradável situação, chegando inclusive a abrir procedimento no PROCON, todavia, apesar do esforço, não se obteve resultado capaz de apaziguar a presente relação já que não restou comprovada a troca do produto no prazo de 30 dias.

Pois bem, a responsabilidade decorrente da relação entre as partes litigantes é objetiva, e se aperfeiçoa mediante o concurso de três pressupostos: **a) o vício do produto; b) evento danoso, e; c) relação de causalidade entre o vício do produto e o dano.**

O artigo 18 dispõe o seguinte:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

§ 2º Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

§ 3º O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

§ 4º Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1º deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1º deste artigo.

§ 5º No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

§ 6º São impróprios ao uso e consumo:

I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;

II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

Da análise do presente corpo probatório extraio que existência dos vícios restou suficientemente demonstrada, dispensada, inclusive, maior dilação acerca da lide, pois uma vez demonstrado o vício a responsabilidade solidária dos fornecedores é inexorável, por força do disposto no artigo retromencionado.

Houve, ao meu sentir, ofensa a bem juridicamente tutelado, de caráter extrapatrimonial.

Saliento a lição de **Judith Martins Costa** a respeito dos danos morais, "são indenizáveis os prejuízos que violam a esfera existencial da pessoa humana, considerada em sua irredutível subjetividade e dignidade, eis que dotada de personalidade singular e por isto mesmo titular de atributos e de interesses não mensuráveis economicamente" (Comentários ao novo CC, Forense, vol. V, p. 338; ver, tb., Rabindranath V.A. Capello de Souza, O Direito Geral de Personalidade, Coimbra,



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

Coimbra Editora, 1.995, p. 117; cfr. também Pietro Perlingieri, La personalità umana nell'ordinamento giuridico, Camerino, 1.982, p. 310).

A soma da frustração da quebra deste produto, cuja expectativa era de qualidade, com a demora e falta de atenção no momento pós-compra, bem como a peregrinação a que foi submetido para solucionar seu problema configura transtorno muito além dos dissabores usuais do dia-a-dia.

Como é sabido, a fixação do valor do dano moral deve levar em conta as funções ressarcitória e punitiva da indenização. Correta, portanto, a fixação indenizatória pelo Ilustre magistrado de primeiro grau (R\$ 5.000.00), amparada pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não carecendo de qualquer reparo.

Finalmente, perfeita a condenação na restituição da quantia paga pelo produto, a título de danos materiais e a condenação nos honorários advocatícios, não necessitando a decisão combatida de quaisquer reparos.

Por conta dessa soma de razões, MEU VOTO É NEGAR PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES, mantendo a sentença atacada em seus demais termos, por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO.

— Recife, 19/03/2013.
[Assinatura]